

LEI Nº 1681, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

Altera a Lei 1.282, de 21 de maio de 2008,
que cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente
e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I

Da Natureza e Finalidades

Art. 1º. Na Lei nº 1.282 de 21 de maio de 2008, que cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências, ficam introduzidas as seguintes alterações:

§ 1º. Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEAMU e tem como gestor financeiro o Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Redenção _ COMDEMA.

§ 2º. O Órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Capítulo II

Da Administração

Art. 2º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela SEAMU, em articulação com o COMDEMA, que terá as seguintes atribuições:

- I. Elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo-se à apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, época e forma determinadas em Lei ou regulamento;
- II. Organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo COMDEMA;

- III. Celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando a execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;
- IV. Ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;
- V. Outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;
- VI. Prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

Art. 3º. A execução dos recursos Fundo será aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, que terá competência para:

- I. Definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos;
- III. Apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Secretaria de Finanças, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes para inclusão do fundo no orçamento do Município;
- IV. Aprovar o Plano anual de Trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria de Finanças;
- V. Apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pelo SEAMU, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar;
- VI. Outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.

Capítulo III

Dos Recursos

Art. 4º. Constituirão recursos do FMMA aqueles a ele destinados provenientes de:

- I. Dotações orçamentárias e créditos adicionais;
- II. Taxas e tarifas ambientais, bem como penalidades pecuniárias delas decorrentes;
- III. Transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;
- IV. Acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional.

- V. Doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VI. Multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;
- VII. Rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VIII. Outros destinados por lei.

Art. 5º. São considerados prioritários para aplicação dos recursos do FMMA os planos, programas e projetos destinados a:

- I. Criação, manutenção e gerenciamento de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;
- II. Educação ambiental;
- III. Desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;
- IV. Pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- V. Manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- VI. Aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- VII. Desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da SEAMU ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;
- VIII. Pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;
- IX. Aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;
- X. Contratação de consultoria especializada;
- XI. Financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo Único- Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

Capítulo VI

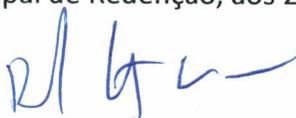
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 6º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 7º. Aplicam-se ao Fundo, instituído por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundo assemelhados.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção, aos 27 de abril de 2018.



David Santa Cruz Benevides

PREFEITO MUNICIPAL